



2023

Relatório e Contas

IMGA Alocação Defensiva

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



ÍNDICE

<i>Relatório de Gestão</i>	2
Nota Introdutória	3
Síntese da Evolução dos Mercados	4
Principais Eventos	7
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	9
Informação relativa à Gestão do Fundo	10
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	12
Eventos Subsequentes	13
Notas Informativas	14
Anexos	18
▪ Demonstrações Financeiras e Notas Anexas	
▪ Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	
▪ Relatório de Auditoria	

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 24 de julho de 2007 como Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários, sob a denominação de Millennium Extra Tesouraria II.

Em 21 de outubro de 2013, efetuou-se a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Millennium Extra Tesouraria no Fundo Millennium Extra Tesouraria II.

Em 16 de novembro de 2015 alterou a sua denominação para IMGA Extra Tesouraria II, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A 9 de dezembro de 2015, a CMVM autorizou a transformação do Fundo em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo a sua denominação sido alterada para IMGA Prestige Global Bond.

Em 18 de junho de 2019, alterou a sua denominação para IMGA Retorno Global.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 4 de janeiro de 2023.

A 25 de janeiro de 2022 o Fundo viu alterada a sua política de investimento e a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Síntese da Evolução dos Mercados

No início de 2023 a expectativa praticamente generalizada dos analistas era de uma recessão nas principais economias desenvolvidas, fruto do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde os anos 80 e dos níveis ainda excessivos da inflação. Alguns dos principais indicadores de confiança encontravam-se em quebra e vários indicadores de atividade exibiam uma trajetória descendente. O pessimismo dos investidores era refletido num posicionamento defensivo, visível na exposição limitada aos ativos de risco, em particular ao mercado acionista.

Apesar da permanência da inflação em níveis elevados e de algumas surpresas em alta nos primeiros meses do ano, a perceção dos investidores ajustou-se a uma realidade em que a queda do preço das matérias-primas permitiria o retrocesso da inflação nos meses seguintes, de resiliência do mercado laboral das principais economias desenvolvidas, em que o efeito da reabertura económica no sector dos serviços não se havia ainda esgotado e a um processo de transmissão da política monetária para a economia real mais prolongado do que o esperado. Também

a política orçamental contribuiu para um desempenho económico mais positivo do que o esperado em 2023.

A crise de confiança no sector bancário, em março de 2023, constituiu um dos momentos de maior volatilidade nos mercados financeiros, tendo originado, numa fase inicial, fortes quedas das taxas de juro, alimentadas por expectativas de cortes de taxas diretoras pelos bancos centrais, para contrariar o impacto negativo de uma potencial crise financeira. A resposta proativa dos bancos centrais, em particular da Reserva Federal dos EUA, viria a provar-se determinante para evitar uma espiral negativa, com implicações potencialmente globais, ao anunciar a garantia da totalidade dos depositantes dos bancos sob pressão e um mecanismo de cedência de liquidez ao sector bancário com condições vantajosas.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi irregular no decorrer de 2023, decorrente da evolução das perspetivas de evolução da inflação e de atuação dos bancos centrais. Também o acréscimo das emissões de dívida pública nos EUA



constituiu um importante driver das taxas de juro de mercado ao longo do ano. Depois da forte subida das taxas de juro na Europa e nos EUA entre maio e meados de outubro, que conduziu as taxas de juro a 10 anos para máximos desde 2011 e 2007, respetivamente, seguiu-se uma inversão abrupta e agressiva de tendência, fruto da evolução mais favorável das métricas inflacionistas e da mensagem mais branda dos bancos centrais. A inversão referida permitiu uma queda de 55pb das taxas da Alemanha para 2,02% na taxa a 10 anos, e que a mesma taxa de juro dos EUA tenha encerrado o ano no mesmo nível em que iniciou 2023 (3,9%), o que culminou em valorizações de 7,1% do índice de dívida governamental dos EUA e de 3% do índice de dívida agregada dos EUA.

A incorporação de diferentes perfis de atuação dos bancos centrais e de desempenho económico significou movimentos diferenciados das taxas de juro nas diversas maturidades da dívida, com quedas mais acentuadas nos prazos intermédios (5 a 10 anos) nos EUA e na parte curta da curva no caso da dívida alemã (2 anos), embora em ambos os casos a curva de rendimentos tenha permanecido invertida no decorrer de 2023.

A trajetória descendente das taxas de juro foi transversal aos diferentes emitentes soberanos da Área do Euro, tendo-se inclusivamente assistido a estreitamentos do spread da dívida da periferia europeia face à Alemanha que superaram os alargamentos ocorridos no ano anterior.

A perceção de evolução mais favorável do que a esperada dos fundamentais foi determinante para o perfil de valorização das classes de maior risco. A queda dos custos de financiamento, o perfil controlado de incumprimentos e o desempenho económico mais benéfico do que o esperado permitiram estreitamentos dos spreads de crédito no cômputo anual, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-29pb) quer na dívida de *high yield* (-112pb) europeia, o que, a somar aos ganhos possibilitados pela componente de taxa de juro, significou valorizações de 8,2% e de 12,1%, respetivamente. Apesar das fortes desvalorizações

em março, coincidentes com a falência do Credit Suisse, o índice de dívida subordinada do sector bancário europeu fechou o ano com uma valorização superior a 13%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente em destaque pela positiva em 2023, com estreitamentos de spread de 31pb e de 146pb da dívida empresarial *investment grade* e de *high yield*, respetivamente, que possibilitaram valorizações de 5,8% e de 13,5% no ano.

O universo de dívida de mercados emergentes somou igualmente ganhos em 2023, com a dívida governamental e a dívida empresarial a registarem estreitamentos de spread que contribuíram para valorizações de 8,4% e de 7,85%, respetivamente. O índice de dívida de mercados emergentes em moeda local esteve entre os mais bem-sucedidos, com uma valorização superior a 11% no ano. Por outro lado, nota para o facto de a fragilidade económica da China, em particular do sector imobiliário, ter voltado a contribuir para o acréscimo de volatilidade no segmento de dívida de mercados emergentes.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2023 foi amplamente positiva, fruto do crescimento dos resultados empresariais e da expansão de múltiplos ocorrida. À exceção de momentos isolados de acréscimo de volatilidade, imperou um ambiente de apetite pelo risco dos investidores, favorecido pelas surpresas económicas positivas e pela exposição relativamente diminuta à classe no início do ano.

A expectativa gerada em torno dos benefícios da aposta na inteligência artificial foi um dos principais drivers de performance da classe, em particular no primeiro semestre do ano. Com efeito, os títulos com maior associação a este tema estiveram entre os que registaram os maiores ganhos anuais, o que impulsionou o índice de tecnológicas Nasdaq (+43,4% no ano) e os índices de ações dos EUA em termos agregados (com o S&P500 a valorizar 24,2%). Os sectores de media (24%), construção (30,6%), tecnologia (31,7%) e de

retalho (34,4%) estiveram entre os que mais valorizaram.

Na Europa, o perfil de rendibilidades foi algo díspar, com valorizações mais modestas dos índices britânico FTSE 100 (+3,8%) e suíço (+3,8%), fruto do respetivo enviesamento sectorial mais *value*, e ganhos mais acentuados dos índices alemão (+20,3%), espanhol (+22,8%) e italiano (+28,0%), reflexo da natureza mais cíclica e da reversão dos efeitos da crise energética na região.

Nas restantes regiões, o principal destaque pela positiva foi a valorização das praças acionistas japonesas, com uma valorização superior a 28% do Nikkei, o qual beneficiou amplamente da forte desvalorização do iene. Em oposição, e apesar do processo mais célere do que o esperado de reabertura económica da China, o respetivo índice acionista voltou a estar pressionado, com uma correção de 12,5% do índice de cariz mais doméstico, o China A Shares. Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 22% em 2023.

A incorporação de expectativas de cortes algo pronunciados de taxas diretoras dos EUA, da Área do Euro e do Reino Unido nos últimos dois meses do ano alterou significativamente o perfil de valorização das respetivas divisas no cômputo anual. A forte queda das taxas de juro dos EUA originou uma desvalorização de 5% do dólar desde os máximos de setembro até ao final de 2023, o que contribuiu decisivamente para a perda anual de 2,1% do cabaz de divisas que engloba os principais parceiros comerciais dos EUA. Por outro lado, depois de dois anos consecutivos de desvalorização, o euro ganhou terreno contra o dólar dos EUA (+3,1%), tendo em termos agregados valorizado 3,4% contra os principais parceiros comerciais da região. Em oposição, a política monetária ultra-acomodatória do Banco Central do Japão, profundamente contrastante com as restantes economias desenvolvidas, esteve na origem do terceiro ano consecutivo de depreciação da divisa contra o dólar dos EUA,

tendo atingido no período a cotação mais baixa desde 1990.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi negativo em 2023 (-12,6%), não obstante a trajetória descendente do dólar. Os metais industriais e os bens energéticos estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos metais preciosos e de vários bens do segmento alimentar.

No final de 2023, a categoria A do fundo IMGA Alocação Defensiva apresentou uma rendibilidade a 1 ano de 6,5%, tendo atingido um valor líquido global de €18,5M contra os €19,4M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €2,1M, com subscrições de €0,8M e resgates de €2,9M.

A categoria R do Fundo, constituída em janeiro de 2023, apresentou uma rendibilidade a 1 ano de 6,5%, com um valor sob gestão pouco significativo.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos “Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP”, que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria “OIC de Ações Americanas”.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS

CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão

de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça, e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Os fundos multiativos, nos quais se incluem os PPR e fundos flexíveis, são importantes agregadores de ativos financeiros diversificados e potencialmente descorrelacionados entre si. Dependendo do perfil de risco do investidor o *mix* entre mercado obrigacionista e acionista é ponderado por forma maximizar o binómio risco e rentabilidade. Em 2023, os contributos dos vários ativos financeiros que compõem esta tipologia de fundos foram favoráveis pelo que a sua performance foi globalmente positiva.

Em Portugal esta tipologia de fundos foi responsável pela maior fatia dos ativos sob gestão em 2023 e recuperou das rentabilidades negativas registadas no ano anterior. Os fundos multiativos com pendor de maior risco (medido por volatilidade) obtiveram em média uma rentabilidade de 10,1%, os mais defensivos alcançaram, em média, uma rentabilidade de 5,9% e os fundos flexíveis obtiveram uma rentabilidade média no ano de 7,1%.

Os fundos PPR apresentaram uma rentabilidade média de 8,9% em 2023, registando, no entanto, resgates significativos, na medida em que os participantes, com base na legislação em vigor desde 2022, têm efetuado o resgate antecipado destes fundos, sem penalizações, para o pagamento ou amortização dos contratos de crédito à habitação, afetando os níveis de poupança e reforma em Portugal. No último ano os PPR tiveram vendas líquidas negativas de €113M.

Na IMGA, os fundos multiativos excluindo PPR terminaram o ano de 2023 com uma rentabilidade média de 6,6% e €1.088M de ativos sob gestão, representando 19% desta categoria em Portugal e 26% dos ativos sob gestão da Sociedade.

Os fundos PPR da IMGA registaram uma rentabilidade média de 6,7%, com os ativos sob gestão a totalizarem €505M, beneficiando do efeito de mercado (€31M).

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe
		Volatilidade			Volatilidade			Volatilidade	
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	6,47%	4,61%	3	-2,45%	4,87%	3	-0,18%	5,32%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	6,54%	4,61%	3	-2,43%	4,87%	3	-0,17%	5,32%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT A	3,12%	4,35%	3	-2,61%	5,80%	4	0,14%	6,77%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT R	3,41%	4,35%	3	-2,55% (*)	5,83%	4	0,17% (*)	6,79%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,48%	4,78%	3	-1,47%	6,18%	4	0,95%	6,95%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	7,61%	4,98%	3	-1,13% (*)	6,25%	4	1,16% (*)	6,98%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	7,18%	5,66%	4	0,51%	7,30%	4	2,84%	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	7,48%	5,68%	4	0,6% (*)	7,31%	4	2,9% (*)	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	9,95%	8,32%	4	2,39%	10,13%	5	5,32%	13,25%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	10,06%	8,35%	4	2,39% (*)	10,15%	5	5,32% (*)	13,26%	5
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,00%	2,99%	3	-1,02%	3,27%	3	-0,47%	4,00%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,49%	4,77%	3	-1,59%	6,16%	4	0,81%	6,97%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,54%	4,78%	3	-1,53% (*)	6,17%	4	0,84% (*)	6,97%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	6,89%	5,64%	4	0,23%	7,27%	4	2,55%	9,13%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	6,91%	5,64%	4	0,23% (*)	7,28%	4	2,55% (*)	9,14%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	7,78%	6,29%	4	0,64%	7,07%	4	2,58%	8,44%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	7,61%	5,91%	4	0,60%	6,57%	4	2,34%	7,85%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	6,49%	4,73%	3	-0,73%	5,16%	4	1,24%	6,02%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	5,17%	3,84%	3	-2,11%	4,05%	3	-0,11%	4,68%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A
Fonte IMGA

Informação relativa à Gestão do Fundo

Os fundos multiativos da IMGGA apresentaram taxas de rentabilidade bastante positivas no ano de 2023, tendo beneficiado maioritariamente da exposição a obrigações e ações.

A economia mundial em 2023 lidou com um ciclo de subidas das taxas de juro bastante agressivo, mas revelou-se mais resiliente do que inicialmente estimado. Para tal contribuíram diversos fatores, nomeadamente, um mercado laboral bastante robusto, as poupanças excedentárias com origem na pandemia, um inverno mais ameno do que o esperado, a queda dos preços das matérias-primas e as medidas fiscais de combate à inflação e de promoção do investimento. A surpresa pela negativa foi a economia chinesa, que tendo abandonado a política de Covid-Zero, teve uma reabertura que não decorreu de uma forma tão exuberante como o esperado, com a economia a perder *momentum* no segundo trimestre do ano. O imobiliário continua a ser um problema, assim como o desemprego jovem e a menor força das exportações.

Ao nível da política monetária, a primeira metade do ano foi caracterizada por aumentos das taxas de juro pela maioria dos bancos centrais dos países desenvolvidos, que tornaram por essa via a sua política monetária mais restritiva. O rápido retrocesso da inflação, embora ainda acima dos níveis desejados pela Reserva Federal norte-americana e pelo Banco Central Europeu, viria a permitir que estes atingissem o pico das suas taxas de juro diretoras na segunda metade do ano, e com que o mercado tenha já implícito corte de taxas significativos para 2024.

Destaque também para a minicrise bancária que se viveu em março, com a resolução de alguns bancos regionais nos EUA e do Credit Suisse na Europa. Nos EUA, os bancos em questão tinham modelos de negócios muito específicos, relacionados com as criptomoedas e com os *private equities*, e

estavam sujeitos a regras regulamentares menos exigentes, enquanto na Europa os problemas do Credit Suisse já eram conhecidos há vários anos. Estas particularidades não deixaram, no entanto, de afetar o sentimento dos investidores, mas a rápida atuação das autoridades solucionou um potencial contágio. A nível geopolítico, destaque para a continuação da guerra na Ucrânia, onde uma solução parece ainda longe de ser encontrada, e para o despoletar da guerra na faixa de Gaza, que se tem mantido relativamente contida, mas cujo potencial para alastrar é enorme.

Neste contexto, as taxas de juro a 10 anos na Alemanha diminuíram 55 pontos base para 2%, tendo os spreads da periferia estreitado de forma significativa, com destaque para a Grécia que foi promovida a *investment grade* pela Standard & Poor's. Nos EUA, os 10 anos ficaram praticamente inalterados nos 3,9% apesar da elevada volatilidade que se registou durante o ano. Estes movimentos traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, tendo o europeu valorizado 7,1%. Ao nível dos spreads de crédito assistiu-se a um estreitamento dos mesmos nos principais segmentos, tendo o Euro *Investment Grade* valorizado 8,18%, o Euro *High Yield* 12,1% e a dívida de mercados emergentes 8,4%.

Os mercados acionistas também apresentaram um ano bastante positivo, com rentabilidades em euros de 21,4 % nos EUA, 15,8% na Europa, 16,6% no Japão, 3,7% na Ásia Pacífico ex Japão e 6,1% nos mercados emergentes. O destaque foram os índices tecnológicos, impulsionados pelo tema da inteligência artificial.

O Fundo entrou no ano com um posicionamento defensivo em duração dada a perspetiva de subida das taxas de juro. Ao longo do ano, e à medida que o Banco Central Europeu e a Reserva Federal norte-americana foram aumentando as suas taxas de juro, também a exposição a governos e a

duração foi aumentando, terminando junho muito próximo do neutral. Este incremento de duração continuou a verificar-se na segunda metade do ano, à medida que as perspectivas para a inflação melhoravam e se tornava mais próximo o fim do ciclo de subidas, bem como o pivot dos bancos centrais. Este posicionamento revelou-se acertado, dado o forte rally de taxa de juro que se verificou no final do ano, e que nos levou a reduzir a duração para neutral.

Ao nível do crédito, iniciámos o ano com uma sobreponderação ao segmento, tanto na componente de *investment grade*, *high yield* e mercados emergentes, dada a atratividade dos spreads, apesar de prevermos um aumento dos incumprimentos. Este posicionamento foi mantido ao longo do ano, mas foi efetuada uma rotação parcial de *high yield* para *investment grade*, dada a compressão de spreads e o maior risco do segmento *high yield*.

A exposição a ações manteve-se neutral, com uma sobreponderação a China no início do ano, dado que se encontrava a abandonar a política de Covid-Zero e existiam expectativas bastante positivas relativamente à reabertura da sua economia.

Esta sobreponderação acabaria por ser trocada por Japão, onde o *momentum* da economia beneficiava da política monetária mais expansionista que noutras zonas do globo, as valorizações se encontravam atrativas em termos relativos e as reformas corporativas beneficiavam a geografia.

No que respeita a investimento alternativos, começámos o ano com uma visão positiva para o segmento e um posicionamento em linha com essa visão, mas a subida das taxas de juro e o aumento da atratividade dos segmentos obrigacionistas retiraram valor relativo à classe, tendo a alocação à mesma diminuído significativamente.

Na componente de liquidez, destaque para o reforço gradual que se verificou em FRNs e em papel comercial, aproveitando os níveis atrativos das rendibilidades apresentadas.



Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2023
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES			
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do exercício anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados, nem foram introduzidas quaisquer alterações significativas à Política de Remunerações em vigor.

Eventos Subsequentes

A 10 de janeiro de 2024 foram publicados novos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, com uma clarificação relativamente ao universo de investimento do Fundo.

A 31 de janeiro de 2024 foi incluída, nos documentos constitutivos dos Fundos, uma menção na Política de Investimento, clarificando a natureza de gestão ativa dos Fundos. Na mesma data, e para um conjunto de 18 Fundos, foi incluído o BNI Europa como nova entidade comercializadora.

A 7 de fevereiro de 2024 foi iniciada a comercialização das categorias P e R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt e a inclusão do Banco Bison como entidade comercializadora dessas categorias. Foi também incluída a menção com a clarificação quanto à gestão ativa do Fundo.

A 22 de março de 2024 foi constituída a categoria I do Fundo IMGA Euro Taxa Variável.

A 10 de abril de 2024 foi iniciada a comercialização da categoria I do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, tendo sido constituída a 12 de abril de 2024.

A 23 de abril de 2024 foi comunicada à CMVM a inclusão do Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora dos Fundos IMGA.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Alocação Defensiva

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 24 de julho de 2007

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.

Valor da Carteira em 31 de dezembro de 2023: 18 483 734 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A										
Rendibilidade	0,6%	-0,4%	2,8%	1,1%	-3,0%	4,0%	2,7%	-0,5%	-12,3%	6,5%
Risco (nível)	1	1	3	2	2	2	4	2	4	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R										
Rendibilidade										-
Risco (nível)										-

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) e diversificado por classes de ativos, instrumentos financeiros, áreas geográficas e divisas.

Investirá em unidades de participação de outros fundos de investimento harmonizados ou equiparados, incluindo fundos de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados e fundos de investimento administrados pela IM Gestão de Ativos, obrigações, ações, ou outros valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário e pode investir noutros fundos de investimento nos termos legais e regulamentares.

O Fundo investirá em unidades de participação de outros fundos de investimento (mínimo de 30% do seu valor líquido global). Os fundos nos quais investetêm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%. Até 1/3 do seu valor líquido global, o FUNDO poderá também investir em depósitos bancários à ordem ou a prazo não superior a 12 meses.

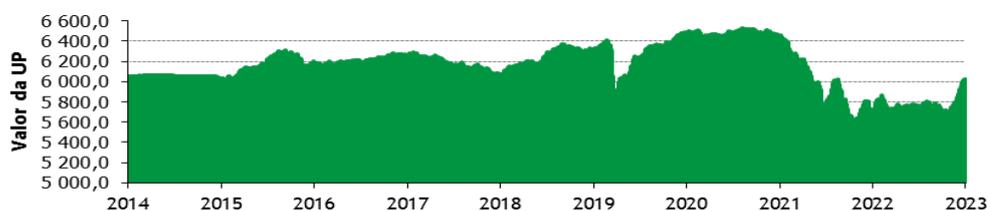
Seguirá as seguintes alocações: máximo de 20% em ações e entre 5% e 95% em obrigações de taxa fixa.

Poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 15% do seu valor líquido global e pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do Fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.

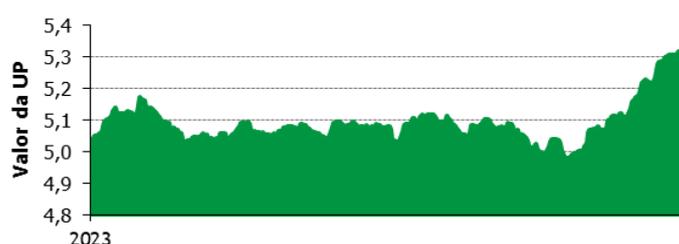
Não procura exposição preferencial a um setor de atividade. A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a sua rentabilidade, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Categoria A (Últimos 10 anos civis)



Categoria R (desde início de atividade da categoria)



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação	2 073,4442	2 218,8215	2 427,5255	3 440,5658	3 071,1848
Valor Unitário UP (Euros)	6 312,3907	6 482,4599	6 447,5857	5 651,9429	6 017,4109
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R					31.12.2023
Nº UP's em circulação					593,7417
Valor Unitário UP (Euros)					5,3101

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2023		2022		2021		2020	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	398	0,5	317	0,5	345	0,9	497	0,6
Mercados União Europeia	França	1 838		843		538		415	
	Alemanha			6					
	Luxemburgo	13 369		14 436		10 165		9 167	
	Espanha			45		54		57	
	Irlanda	1 114		1 778		809		604	
	Itália			152		1 459		791	
	Grécia					604		637	
	sub-total	16 321	2,1	17 259	3,1	13 629	0,4	11 670	0,8
Outros Mercados	EUA	717		803		489		875	
	Reino Unido	336		212		323		490	
	Suíça			52		323		490	
	sub-total	1 053		1 068	4,1	1 135	0,0	1 855	0,0
Total		17 772	2,6	18 643	7,7	15 109	1,3	14 022	1,4

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2023

Valores mobiliários	17 772 090
Saldos bancários	390 993
Outros ativos	358 447
Total dos ativos	18 521 530
Passivos	37 796
Valor Líquido de Inventário	18 483 734

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	17 578 856	332 570	139 337	17 772 090	-	17 772 090	100%
TOTAL	17 578 856	332 570	139 337	17 772 090	-	17 772 090	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	14 530
Outros rendimentos	13 290
As mais-valias de investimentos	4 374 120
Custos	
Custos de gestão	(151 051)
Custos de depósito	(9 439)
Outros encargos, taxas e impostos	(23 145)
As menos-valias de investimentos	(3 048 046)
Custos de negociação	(4 520)
Lucro líquido	1 165 739
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	766 968
Resgates	(2 894 854)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A		IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	15 651 679	6447,5857		
31.12.2022	19 445 881	5651,9429		
31.12.2023	18 480 581	6017,4109	3 153	5,3101

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias realizadas	31.12.2023
Operações Cambiais	252 063	(1 101)	(123 561)	2 641	127 401
Operações Sobre Taxas de Juro	833 671	538 929	(1 055 435)	116 836	317 165
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2023

IMGA Alocação Defensiva

ÍNDICE

<i>Balanço.....</i>	2
<i>Demonstração de Resultados</i>	5
<i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	7
<i>Notas às Demonstração Financeiras.....</i>	10

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

		ATIVO			
Código	Designação	31-12-2023			31-12-2022
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido
	Outros Ativos				
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM				
33	Ativos Intangíveis das SIM				
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>				
	Carteira de Títulos				
21	Obrigações				313 557
22	Ações				
23	Outros Títulos de Capital				
24	Unidades de Participação	17 578 856	332 570	(139 337)	17 772 090
25	Direitos				
26	Outros Instrumentos da Dívida				200 052
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>17 578 856</u>	<u>332 570</u>	<u>(139 337)</u>	<u>17 772 090</u>
	Outros Ativos				
31	Outros ativos				
	<i>Total de Outros Ativos</i>				
	Terceiros				
411+...+418	Contas de Devedores	358 422			358 422
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>358 422</u>			<u>358 422</u>
	Disponibilidades				
11	Caixa				
12	Depósitos à Ordem	390 993			390 993
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso				622 772
14	Certificados de Depósito				
18	Outros Meios Monetários				
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>390 993</u>			<u>390 993</u>
	Acréscimos e diferimentos				
51	Acréscimos de Proveitos	26			26
52	Despesas com Custo Diferido				3 716
53	Outros acréscimos e diferimentos				
59	Contas transitórias ativas				
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>26</u>			<u>26</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>18 328 296</u>	<u>332 570</u>	<u>(139 337)</u>	<u>18 521 530</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				3 071
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				594

		PASSIVO	
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	15 358 887	17 202 829
62	Variações Patrimoniais	(470 894)	(186 950)
64	Resultados Transitados	2 430 002	4 968 186
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	1 165 739	(2 538 185)
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>18 483 734</u>	<u>19 445 881</u>
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	19 032	24 524
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	14 308	15 237
424+...+429	Outras contas de Credores	2 278	62 141
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>35 618</u>	<u>101 902</u>
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	2 153	2 153
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	26	26
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>2 178</u>	<u>2 178</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>18 521 530</u>	<u>19 549 961</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	6 017,4109	5 651,9429
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	5,3101	

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	250 962	252 063
	<i>Total</i>	<u>250 962</u>	<u>252 063</u>
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	1 372 600	2 104 360
	<i>Total</i>	<u>1 372 600</u>	<u>2 104 360</u>
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>1 623 562</u>	<u>2 356 423</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>1 178 996</u>	<u>1 270 689</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	123 561	
	<i>Total</i>	<u>123 561</u>	
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	1 055 435	1 270 689
	<i>Total</i>	<u>1 055 435</u>	<u>1 270 689</u>
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>1 178 996</u>	<u>1 270 689</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>(1 623 562)</u>	<u>2 356 423</u>

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 231	19 391
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	5 837	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 520	9 692		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	163 348	162 847	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	14 530	18 138
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	126 375	2 377 653	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 386 133	105 254
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	2 921 671	2 915 579	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2 987 988	2 805 469
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos						
7411+7421	Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	15 982	16 367	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	1
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>4 400 719</u>	<u>2 948 251</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>3 236 202</u>	<u>5 486 443</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários	1 179	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	42	7
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>1 222</u>	<u>7</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>1 165 739</u>		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>2 538 185</u>
	<i>TOTAL</i>	<u>4 401 941</u>	<u>5 486 443</u>		<i>TOTAL</i>	<u>4 401 941</u>	<u>5 486 443</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 275 998	(2 244 563)	F - E	Resultados Eventuais	1 222	7
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	66 317	(110 110)	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	1 181 721	(2 521 818)
B-A	Resultados Correntes	1 164 517	(2 538 191)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	1 165 739	(2 538 185)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		766 968		11 353 057
Subscrição de unidades de participação	766 968		11 353 057	
...				
PAGAMENTOS:		2 900 347		5 015 721
Resgates de unidades de participação	2 900 347		5 015 721	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(2 133 379)		6 337 336
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		10 768 361		10 547 002
Venda de títulos e outros ativos	319 346		2 031 690	
Reembolso de títulos e outros ativos	800 000		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	9 626 641		8 477 849	
Rendimento de títulos e outros ativos	14 530		18 138	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	7 845		19 325	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		8 672 530		16 543 733
Compra de títulos e outros ativos	598 715		300 256	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	8 069 153		16 233 113	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	2 676		7 687	
Outras taxas e comissões	39		94	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 948		2 583	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		2 095 831		(5 996 731)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		6 643 070		6 900 299
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	204 341		219 469	
Operações de taxa de juro	2 777 631		2 506 483	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	2 779 696		950 772	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	881 401		3 223 575	
PAGAMENTOS:		6 658 039		7 123 778
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	201 701		239 197	
Operações de taxa de juro	2 660 795		2 658 676	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	2 945 203		962 895	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	850 340		3 263 011	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(14 969)		(223 479)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		180 485		171 143
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	1		2	
Comissão de gestão	157 948		148 889	
Comissão de depósito	9 869		9 766	
Taxa de supervisão	2 878		2 814	
Impostos e taxas	9 789		9 672	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(180 485)		(171 143)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		1 222		0
Ganhos extraordinários	1 222		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		1 222		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(231 780)		(54 018)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		622 772		676 790
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		390 993		622 772

Notas às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Introdução

A constituição do IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 19 de julho de 2007, tendo iniciado a sua atividade em 24 de julho de 2007. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em obrigações à escala global, prevenindo adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos. Para o efeito, investe, maioritariamente, em obrigações, de forma direta ou indireta, exceto em situações em que a gestão do Fundo entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, nomeadamente o investimento em depósitos ou em outros instrumentos do mercado monetário.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC é de cinco mil euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
		Valor base	17 202 829	661 706	2 969			
Diferença p/Valor Base	(186 950)	102 262	31	(386 238)	-		(470 894)	
Resultados acumulados	4 968 186					(2 538 185)	2 430 002	
Resultados do período	(2 538 185)					2 538 185	1 165 739	
SOMA	19 445 881	763 968	3 000	(2 894 854)	-	-	1 165 739	18 483 734
Nº de Unidades participação								
Categoria A	3 441	132		(502)			3 071	
Categoria R	-		594		-		594	
Valor Unidade participação								
Categoria A	5 651.9429						6 017.4109	
Categoria R	-						5.3101	

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	6 017.4109	18 480 581	3 071	5.3101	3 153	594	18 483 734	3 665
	30-09-23	5 680.3880	17 963 811	3 162	5.0122	2 976	594	17 966 787	3 756
	30-06-23	5 755.1455	18 725 263	3 254	5.0778	3 015	594	18 728 277	3 847
	31-03-23	5 725.6866	19 431 599	3 394	5.0514	2 999	594	19 434 598	3 988
Ano 2022	31-12-22	5 651.9429	19 445 881	3 441	-	-	-	19 445 881	3 441
	30-09-22	5 595.1029	19 015 689	3 399	-	-	-	19 015 689	3 399
	30-06-22	5 752.3453	19 701 269	3 425	-	-	-	19 701 269	3 425
	31-03-22	6 208.4464	20 061 064	3 231	-	-	-	20 061 064	3 231
Ano 2021	31-12-21	6 447.5857	15 651 679	2 428	-	-	-	15 651 679	2 428
	30-09-21	6 496.1456	16 030 515	2 468	-	-	-	16 030 515	2 468
	30-06-21	6 479.9507	15 558 282	2 401	-	-	-	15 558 282	2 401
	31-03-21	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	24	-
UPs < 0.5%	1 201	-
TOTAL	1 225	1

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	-	-	319 346	-	319 346	-
Obrigações Diversas	-	398 715	-	-	-	398 715
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	932 242	6 890 500	1 337 338	19 442 954	2 269 580	26 333 454
Exchange Traded Fund	528 664	-	1 970 750	-	2 499 415	-
Papel Comercial	-	400 000	-	200 000	-	600 000
Contratos de Opções	-	67 124	-	43 504	-	110 628
Contratos de Futuros	106 748	464 782	112 901	499 485	219 649	964 267
Total	1 567 654	8 221 121	3 740 335	20 185 943	5 307 989	28 407 064

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	766 968	-
Resgates	2 894 854	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliadas em Portugal</i>						
IMGA Líquidez - CAT I	385 874	12 339	-	398 213	-	398 213
	385 874	12 339	-	398 213	-	398 213
<i>OIC domiciliadas Estado membro UE</i>						
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	58 907	3 101	-	62 008	-	62 008
Aberdeen Standard SICAV I - China A Share Sustainable Equity Fund	55 847	-	(9 091)	46 756	-	46 756
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	120 398	15 049	-	135 447	-	135 447
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	110	10	-	120	-	120
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	117 599	-	(3 021)	114 578	-	114 578
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	237 592	14 570	-	252 162	-	252 162
Amundi MSCI Europe ESG Broad ETF	13 443	1 782	-	15 226	-	15 226
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	77 493	5 925	-	83 418	-	83 418
ARTEMIS LUX US SELECT I USD CAP	49 190	5 058	(746)	53 502	-	53 502
BlackRock Global Funds United Kingdom Fund	743	14	(76)	681	-	681
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	860 210	9 306	-	869 516	-	869 516
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	1 847 364	-	(14 041)	1 833 324	-	1 833 324
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	320 703	2 417	-	323 120	-	323 120
COMGEST GROWTH EUROPE-EUR-IA	167 874	11 347	-	179 220	-	179 220
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	212 953	16 405	-	229 358	-	229 358
DWS Invest-CROCI Japan	182	14	(136)	60	-	60
ETF WTI CRUDE OIL	53 620	-	(7 616)	46 004	-	46 004
European Specialist Investment funds M&G European	2 315 053	9 946	-	2 324 999	-	2 324 999
Fidelity Fds Asia Pacific Opp I USD	70 114	1 909	(1 616)	70 408	-	70 408
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	21 330	-	(689)	20 641	-	20 641
Fidelity-Usd Bnd-I Acc Eur H	431 127	12 796	-	443 922	-	443 922
First St Asian Eq Pl - III - A USD	59 071	-	(5 554)	53 517	-	53 517
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	867	26	-	894	-	894
GS EURO CREDIT- I CAP EUR	1 882 502	8 744	-	1 891 246	-	1 891 246
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	163 367	13 104	-	176 472	-	176 472
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	36 088	2 214	-	38 303	-	38 303
Invesco-Asia Equity-Z Eur ACC	47 215	-	(739)	46 475	-	46 475
Ishares FTSE 100 ACC	35 877	3 047	(506)	38 418	-	38 418
JAN HND PAN EUR- H EUR ACC	82 959	7 452	-	90 411	-	90 411
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	382 874	-	(14 728)	368 146	-	368 146
Jupiter Global EM Corporate Bond I EUR Acc HSC	121 634	6 878	-	128 512	-	128 512
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	282 287	9 594	-	291 881	-	291 881
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	20 522	-	(1 214)	19 308	-	19 308
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	103 296	5 585	-	108 881	-	108 881
Liontrust Global Funds PLC-UK Growth Fund	14 321	732	(548)	14 505	-	14 505
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	609	23	-	633	-	633
Lyxor ETF S&P 500-A	130 629	14 144	-	144 773	-	144 773
MFS Meridian-European Equity Fund	141 035	6 072	-	147 107	-	147 107
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV	1 867 713	18 838	-	1 886 552	-	1 886 552
Natixis International Funds Lux I-Loomis Sayles Sh	88 868	1 933	-	90 802	-	90 802
Ossiam Shiller Brly Cape USD	73 114	11 493	(2 823)	81 783	-	81 783
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	1 270 690	36 217	-	1 306 907	-	1 306 907
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	908 277	-	(1 692)	906 585	-	906 585
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	47 725	448	-	48 173	-	48 173
Schroder Intl Eur GV BD C AC	727 975	-	(29 684)	698 291	-	698 291

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	495 613	-	(34 104)	461 508	-	461 508
T.ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	137 882	10 365	(1 917)	146 329	-	146 329
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	121 717	17 000	-	138 717	-	138 717
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	294 992	-	(2 993)	291 999	-	291 999
Wellington-US Research Eq-A	47 127	6 700	(1 660)	52 166	-	52 166
	16 618 700	290 257	(135 196)	16 773 761	-	16 773 761
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	255 845	18 207	-	274 052	-	274 052
BARING CAP EU HIGH YLD-B EUR	205 357	11 161	-	216 518	-	216 518
Ishares JPM EM LCL GOV BND	113 080	606	(4 141)	109 546	-	109 546
	574 282	29 974	(4 141)	600 116	-	600 116
TOTAL	17 578 856	332 570	(139 337)	17 772 090	-	17 772 090

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE PERÍODOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

IMPOSTOS

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	4 991	4 991	2 198	-	-	2 198
Direitos	-	5 499	5 499	-	-	-	-
Unidades de participação	1 149 434	226 209	1 375 642	-	-	14 530	14 530
Instrumentos de dívida	-	-	-	4 033	-	-	4 033
Depósitos	-	-	-	5 812	26	-	5 837
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	6 015	6 015	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	204 341	204 341	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	2 777 631	2 777 631	-	-	-	-
TOTAL	1 149 434	3 224 686	4 374 120	12 043	26	14 530	26 598

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Direitos	-	17 309	17 309	-	-	-
Unidades de participação	22 768	86 246	109 014	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	52	52	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	59 175	59 175	-	-	-
Futuros de moeda	-	201 701	201 701	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	2 660 795	2 660 795	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	138 027	13 024	151 051
de Depósito	-	-	-	8 625	814	9 439
de Supervisão	-	-	-	(442)	442	-
de Carteira de títulos	-	-	-	4 520	-	4 520
Outras	-	-	-	2 857	-	2 857
TOTAL	22 768	3 025 278	3 048 046	153 587	14 280	167 868

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	15 982	16 367
TOTAL	15 982	16 367

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2023, o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 300 000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2023, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
GBP	62 794	-	-	-	-	-	62 794
JPY	3 722 866	-	(19 316 250)	-	-	(19 316 250)	(15 593 384)
USD	1 209 950	-	277 313	-	-	277 313	1 487 263
Contravalor Euro	1 191 048	-	127 401	-	-	127 401	1 318 449

~

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	317 165	-	317 165
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
UP's	17 772 090	-	-	17 772 090

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	157 069	0.83%	24	0.86%
Comissão de Depósito	9 816	0.05%	0	0.00%
Taxa de Supervisão	2 714	0.01%	0	0.02%
Custos de Auditoria	4 304	0.02%	1	0.02%
Encargos outros OIC	84 668	0.45%	12	0.45%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	9 419	0.05%	1	0.05%
Outros Custos Correntes	1 983	0.01%	0	0.01%
TOTAL	269 973		39	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1.43%		1.41%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Resultados SFDR e Taxonomia 2023

IMGA Alocação Defensiva

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Alocação Defensiva**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300771IHKIR383I66**

Código do fundo (CMVM): **1020**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● <input type="checkbox"/> Sim	●● <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental : ____% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE 	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social : ____%	<input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter melhorado no último ano, esta informação ainda é bastante limitada, principalmente no que concerne aos indicadores relacionados com sustentabilidade ambiental. Com a implementação da *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, que será aplicada gradualmente a partir de 2024 até 2026, é espectável esta limitação diminua. Relativamente aos fundos de investimento, e até divulgação de informação mais pormenorizada por parte das sociedades gestoras dos mesmos, não dispomos de informação para fazer a análise discriminada relativamente a como foram atingidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e/ou social a que se propõem.

À data de preparação deste relatório o Fundo estava investido em unidades de participação de outros fundos de investimento, incluindo ETFs, e depósitos. A maioria dos fundos de investimento em carteira encontram-se classificados ao abrigo do artigo 8º do SFDR e para os quais a informação relativamente à alocação da carteira é limitada, pelo que é considerada a informação prevista para estes fundos de acordo com a sua política de investimento em termos de sustentabilidade.

● Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Para a carteira de fundos de investimento, a sua composição em termos ESG no final de 2023 era a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura				Promoção Características A/S		Sustentáveis	
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
	artº 6º	14	-	6,2%	-	-	-	-	-
	artº 8º	39	32	89,5%	83,6%	62,0%	57,2%	19,5%	10,4%
	artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	1	0	0,2%	0,0%	-	-	-	-
	TOTAL	54	32	96,0%	83,6%	-	57,2%	-	10,4%

(1) Média dos fundos cobertos

Em resumo, a carteira de ativos é composta em cerca de 96% por fundos de investimento, 89,5% constituídos ao abrigo do artigo 8º do Regulamento SFDR, isto é, como objetivo de promoção de características A/S através do investimento mínimo, em média, de cerca de 62% das suas carteiras de ativos em entidades considerados alinhados com características A/S e cerca de 19,5% dos seus ativos em entidades sustentáveis. Para o Fundo, estes investimentos contribuíram, respetivamente, em 57,2% para a percentagem de ativos considerados alinhados com características A/S e 10,4% para a percentagem de ativos considerados sustentáveis.

Os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do mesmo Regulamento, ou seja, sem objetivos de promoção de características A/S e sem objetivo de investir apenas em ativos considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e/ou social, representavam cerca de 6,2% da carteira de ativos. Tratando-se de fundo artigo 6º, a sua contribuição para ambas as componentes “Promoção de Características A/S” e “Sustentáveis” é nula.

Existia ainda um fundo em carteira para o qual não dispomos de informação relativa a sustentabilidade.

● ... e em relação a períodos anteriores?

A evolução do investimento em fundos com objetivo de promoção de características A/S ou sustentáveis foi a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2022			2023		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	artº 6º	14,1%	-	-	6,2%	-	-
	artº 8º	78,5%	43,2%	8,6%	89,5%	57,2%	10,4%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	0,3%	-	-	0,2%	-	-
	TOTAL	92,9%	43,2%	8,6%	96,0%	57,2%	10,4%

Verificou-se um ligeiro aumento da exposição a fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR, ou seja, fundos com objetivo de promoção de características A/S, de 78,5% no final de 2022 para 89,5% no final de 2023, por contrapartida de fundos artigo 6º, ou seja, que não têm como objetivo a promoção de características A/S nem têm um objetivo de investimento sustentável.

Este aumento de exposição a fundos com objetivo de promoção de características A/S resultou num aumento da quota-parte mínima detida em entidades alinhados com características A/S e em entidades sustentáveis, de 43,2% para 57,2% e de 8,6% para 10,4%, respetivamente.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis devem cumprir diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção. Compete a cada entidade gestora de fundos de investimento analisar cada entidade em carteira e garantir que cada investimento detido, ao ser considerado sustentável, cumpre com estes princípios.

● **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Dependendo da metodologia adotada por cada sociedade gestora para aferição das métricas de sustentabilidade dos fundos sob sua gestão, podem ou não ser considerados os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, sendo que os mesmos fazem parte das metodologias adotadas pela generalidade das sociedades gestoras para gestão dos fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR. Compete a cada sociedade gestora e para cada fundo gerido, consoante os seus objetivos em termos ESG determinar quais os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade mais relevantes para a análise, selecionando, para além dos indicadores mandatórios (indicadores sobre emissões de gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, emissões para o meio aquático, emissão de resíduos radioativos, e indicadores sociais sobre questões sociais e laborais) indicadores adicionais quer na ótica ambiental como social.

A IM Gestão de Ativos, na análise aos seus investimentos diretos a cada entidade integra a análise de diversos indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, estando estes incorporados na análise na notação de rating ESG atribuída, relativamente a cada setor em que as empresas emissores se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emissor. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment). Relativamente à componente de fundos de investimento, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Para os ativos diretos e de acordo com a metodologia da IM Gestão de Ativos para avaliação da e categorização dos investimentos como sustentáveis, apenas são elegíveis os investimentos emitidos por entidades que não apresentem situações de incumprimento relativamente a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Para os fundos de investimento o desenvolvimento do modelo de análise está a cargo de cada sociedade gestora, podendo ou não ter em consideração as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos na atribuição da classificação como sustentável às entidades em que estão investidos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Relativamente ao investimento em fundos, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo. Relativamente a investimento direto a IM Gestão de Ativos tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem os maiores investimentos efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 a 31/12/2023.

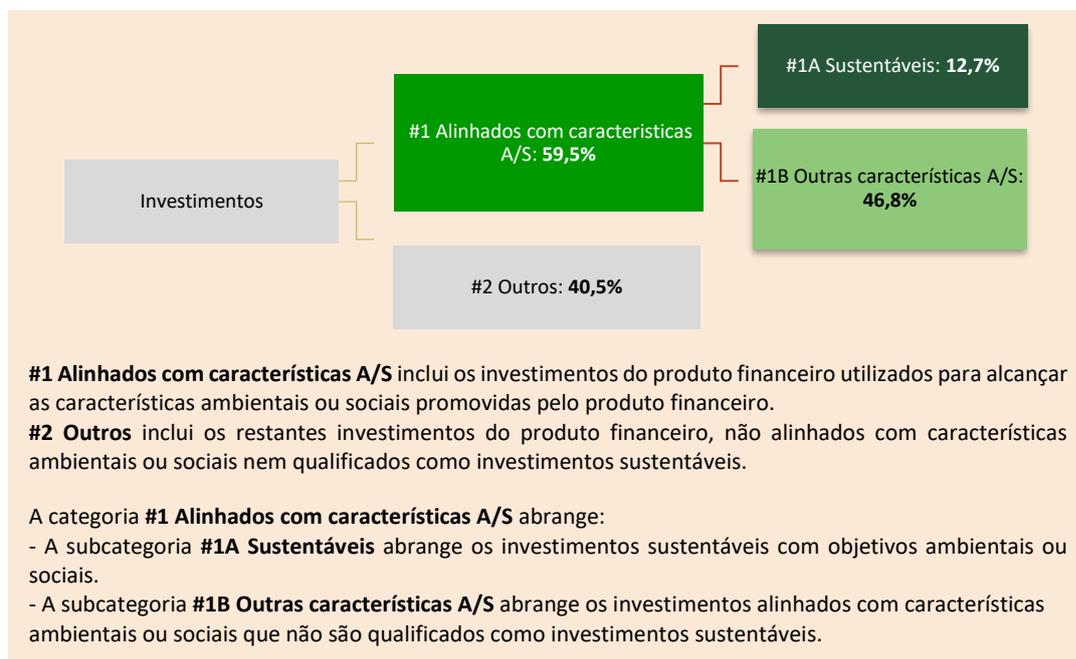
Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
European Specialist Investment funds M&G European	Unidades de Participação	12,55%	Luxemburgo
GS EURO CREDIT- I CAP EUR	Unidades de Participação	10,21%	Luxemburgo
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	Unidades de Participação	10,19%	Luxemburgo
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	Unidades de Participação	9,90%	Luxemburgo
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	Unidades de Participação	7,06%	França
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	Unidades de Participação	4,89%	Luxemburgo



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

● Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

● Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	95,95%
Liquidez	Depósito à Ordem	4,05%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

● O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?

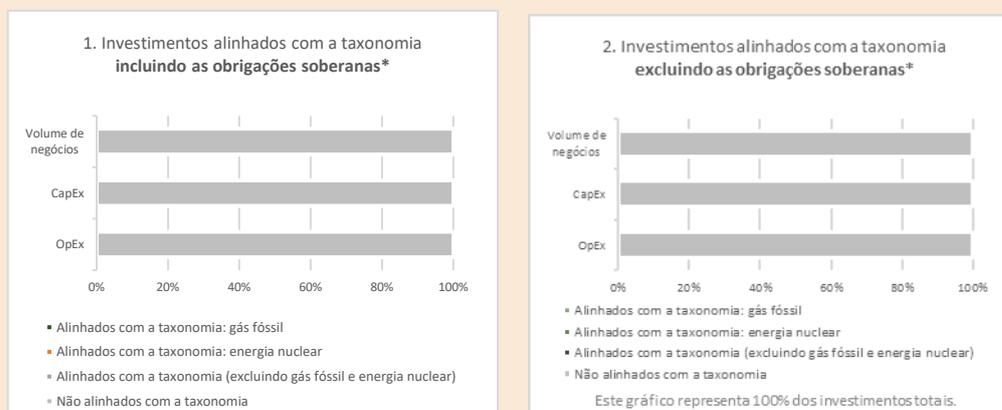
- Sim:
- Gás fóssil Energia nuclear
- Não

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



Para analisar a percentagem do Fundo que se encontra alinhada com a Taxonomia da UE de acordo com as métricas referidas no gráfico acima, necessitamos dessa mesma informação por parte das sociedades gestoras dos fundos que constituem a carteira de ativos. Essa informação não se encontra, de momento, disponível.

● **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação de forma compilada e de fácil acesso fornecida pelas sociedades gestoras em que o Fundo investiu, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

● **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

● São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



● **Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?**

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG e a quota-parte dos fundos de investimento que ultrapassam os valores mínimos definidos pelos documentos constitutivos dos mesmos, bem como os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do Regulamento SFDR ou para os quais não existe informação disponível.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e gestão da liquidez.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, conseqüentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco. Neste sentido, não foram detetadas situações de *non-compliance* com os princípios e normas internacionais, nomeadamente com o UN Global Compact, com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para a componente de investimento direto do fundo. Relativamente à componente de investimento através de fundos não dispomos desta informação por parte das sociedades gestoras dos fundos alvo de investimento.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em fundos com objetivo alinhado com o seu, ou seja, em fundos que procurem a promoção de características ambientais e/ou sociais.

Relatório de Auditoria 2023

IMGA Alocação Defensiva

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Defensiva - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 18 521 530 euros e um total de capital do OIC de 18 483 734 euros, incluindo um resultado líquido de 1 165 739 euros), a Demonstração de resultados, e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação Defensiva - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

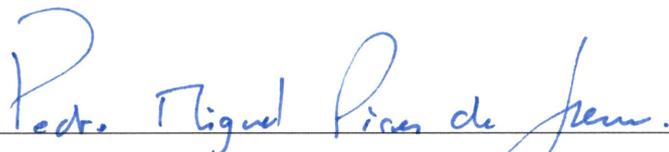
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)